



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

## 1. DAS PARTES

1.1. CEDENTE: **INFRAMERICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.559.082/0001-86, com cadastro no Distrito Federal sob o nº 07.608.161/001-77, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Aeroporto Internacional de Brasília-Presidente Juscelino Kubitschek, Área Especial s/nº, Lago Sul, Brasília/DF, CEP 71608-900, é adjudicatária do certame público para a concessão dos serviços públicos visando a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Brasília-Presidente Juscelino Kubitschek, firmado em 14 de junho de 2012 (CONTRATO DE CONCESSÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA/DF).

1.2. CESSIONÁRIA: **POLÍCIA FEDERAL**, por meio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na SAS Quadra nº 6, S/N, Proj 9/10, Plano Piloto, Brasília- DF, CEP 70.310-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0014-50.

## 2. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CESSÃO DE USO

2.1. As PARTES reconhecem, e com isso concordam, que os termos e condições estabelecidos neste projeto básico se fundamentam nos preceitos e limites pactuados entre a CEDENTE e a ANAC, por força do Contrato de Concessão e dos instrumentos legais, institucionais e regulatórios vigentes nesta data, associados à ampliação, manutenção e exploração aeroportuária, respeitados os princípios, direitos e deveres vinculados ao Contrato de Concessão, documento que compõe o este processo administrativo.

2.2. A superveniência de aditamento, de novação, de suplementação ou de alteração no Contrato de Concessão Aeroportuária entre CEDENTE e ANAC, que onere ou que gere obrigações não previstas no presente projeto básico, possibilitará sua imediata revisão.

## 3. DO OBJETO

3.1. Contratação de área, sob concessão à **INFRAMERICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A.**, a ser cedida para uso da Polícia Federal (**CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**), destinada a escritório administrativo, almoxarifado, armazenagem logística, hangaragem de aeronaves e manutenção de aeronaves próprias, no Aeroporto Internacional de Brasília/DF- Presidente Juscelino Kubitschek, para possibilitar o funcionamento da Unidade de Aviação da Polícia Federal, em conformidade com as especificações constantes no projeto básico.

3.2. Na hipótese de, excepcionalmente, à área contratada tiver que ser dado outro fim que não o acima discriminado (item 3.1), tal ato será precedido de comum acordo entre as PARTES e previamente informado à CEDENTE.

3.3. A Polícia Federal fará jus à ÁREA dos Hangares nº 13 e 14, medindo 5.325 m<sup>2</sup> (cinco mil, trezentos e vinte cinco metros quadrados), sendo 3.825 m<sup>2</sup> (três mil, oitocentos e vinte e cinco metros quadrados) de área edificada e 1.500 m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos metros quadrados) de área não-edificada (pátio externo de hangaragem), localizada no Setor de Hangares do Aeroporto Internacional de Brasília/DF - Presidente Juscelino Kubitschek, que se encontra, atualmente, sob a posse e utilização da Polícia Federal, conforme quantidades e especificações definidas na tabela a seguir fixada.

3.4. A área edificada, discriminada no ANEXO I e mostrada na tabela abaixo, é composta, basicamente, por :

- a. **No pavimento subsolo-** 1 auditório, 1 casa de bombas, 1 casa de máquinas do grupo gerador, 2 depósitos.

- b. **No térreo**- área de hangaragem coberta, 18 salas, aqui incluídos plantão, sala de mecânicos terceirizados, setor de suprimentos, setor de planejamento de voo, entre outros; 8 sanitários, divididos em vestiários e banheiros femininos e masculinos.
- c. **No pavimento superior**-14 salas, entre estas a Coordenação, Chefias de Serviços, e outras; 9 banheiros, entre estes vestiários e sanitários masculinos e femininos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL  MÁXIMO  ACEITÁVEL
1	<p><b>-Atividade:</b> Um abrigo de aeronaves (hangaragem de aeronaves), com salas, para uso administrativo e de almoxarifado, vestiários, auditórios, banheiros, entre outros ambientes específicos.</p> <p><b>-Subatividade:</b> Escritório, Almoxarifado, salas logísticas, e outros ambientes específicos, incluído o recolhimento de lixo comum.</p> <p><b>-Localização:</b> Setor de hangares nº13 e 14, composta por área edificada mais pátio externo de estacionamento de aeronaves.</p>	m² (metro quadrado)	5.325,00	R\$117.291,18

3.5. A Polícia Federal também terá, para o seu uso, a título não oneroso, ÁREA específica, exclusiva para Polícia Federal, para estacionamento veicular ou outro fim, medindo 2.567,25 m² (dois mil quinhentos e sessenta e sete metros quadrados), localizada no final da via de acesso ao Setor de Hangares, ao fundo dos Hangares nº 13/14 do Aeroporto Internacional de Brasília- Presidente Juscelino Kubitschek, conforme disposto no Anexo I, e respectiva pista de rolagem de veículos que lhe torna possível o acesso.

3.6. A Polícia Federal, na figura de sua Unidade de Aviação, não possui qualquer tipo de exclusividade no que tange a exploração da atividade exercida no Aeroporto, devendo restringir-se à utilização do ESPAÇO e ao desenvolvimento das atividades constantes no item 3.DO OBJETO, deste projeto básico.

3.7. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

3.8. Sobre a área, a ser cedida para uso, para a necessidade de realização de serviços construtivos, conforme descrição no **ANEXO V**, com a finalidade de recuperar as condições ideais de funcionalidade edilícia, realidade que, neste instante, **NÃO INVIABILIZA** a sua ocupação, uso e a referida contratação, devendo ser, contudo, e de comum acordo entre os PARTES, efetivadas as devidas reparações, objetivando, com isso, o pleno uso e gozo da área pela Unidade de Aviação da Polícia Federal.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Compete à União Federal, nos termos do artigo 21, XII, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988, explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária no Brasil.

4.2. Cabe à União Federal, por intermédio da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária (Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005).

- 4.3. Consoante a Lei 11.182/2005, em seu art.8º, inciso XXIV, cabe à ANAC conceder, permitir ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte.
- 4.4. Segundo art.144, da CF/88, no inciso III do parágrafo 1º, caberá à Polícia Federal exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
- 4.5. Já a Resolução nº302, de 5 de fevereiro de 2014, da ANAC, em seu art.1º estabelece critérios para a alocação e remuneração de áreas aeroportuárias nos aeródromos públicos, e no capítulo I-DAS ÁREAS AEROPORTUÁRIAS, no art.2º, inciso I, estabelece que “Para os efeitos desta Resolução, são consideradas como áreas aeroportuárias aquelas situadas no aeroporto e destinadas aos órgãos públicos que, por disposição legal, devam funcionar nos aeroportos brasileiros”.
- 4.6. Ainda em relação à Resolução nº302, de 5 de fevereiro de 2014, da ANAC, além do estabelecido no art. 2º, inciso I, antes citado; **no seu art.2º, no inciso V**, também são consideradas áreas aeroportuárias aquelas situadas no aeroporto e destinadas ao **abrigo e manutenção de aeronaves**, atividades estas essencialmente pertencentes e desempenhadas pela Unidade de aviação da Polícia Federal.
- 4.7. Externando, ainda, a Resolução nº302, de 5 de fevereiro de 2014, da ANAC, no seu parágrafo 1º, inciso II, operacionais são classificadas as atividades descritas nos incisos II a V, do caput do art. 2º da referida Resolução ANAC.
- 4.8. A Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.559.082/0001-86, com cadastro no Distrito Federal sob o nº 07.608.161/001-77, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Aeroporto Internacional de Brasília-Presidente Juscelino Kubitschek, Área Especial s/nº, Lago Sul, Brasília/DF, CEP 71608-900, é adjudicatária do certame público para a concessão dos serviços públicos visando a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto, firmado em 14 de junho de 2012 (CONTRATO DE CONCESSÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA/DF).
- 4.9. No referido Contrato de Concessão, no seu "CAPÍTULO III- DOS DIREITO E DEVERES", na subseção I- Dos Deveres Gerais, em seu subitem 3.1.1, fica estabelecido como dever da CONCESSIONÁRIA cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações da ANAC editadas a qualquer tempo; bem como, conforme o item 11.1 do Contrato de Concessão, fica estabelecido que a CEDENTE poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização dos referidos espaços no Aeroporto, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente.
- 4.10. Conforme a Instrução Normativa nº013/2005-DG/DPF, de 15 de julho de 2005, compete ao Comando de Aviação Operacional e a seus Serviços internos, prestar apoio aéreo às unidades centrais e descentralizadas no desempenho de ações táticas, bem como planejar, controlar, orientar e executar as ações táticas, utilizando-se, para isso, dos meios aéreos.
- 4.11. O Comando de Aviação Operacional - CAOP -, da Polícia Federal, Unidade com origem em 1996, sob a nomenclatura DAOP, atualmente conta na sua frota oficial com 11 (onze) aeronaves, sendo 5 (cinco) aviões e 6 (seis) helicópteros, com as quais desempenha, em todo o território nacional, variadas atividades aéreas, tais como, treinamentos policiais, transporte de servidores, erradicação de cultivos ilícitos, escolta aérea de dignitários, imageamento, intervenção policial, reconhecimento e levantamentos, escolta de presos, transporte de materiais sensíveis (armas, munições, artigos perigosos, malotes, inquéritos, apreensões, material administrativos etc.), transporte de órgãos para transplantes, buscas e apoio em calamidades públicas, transporte de enfermos, patrulhamento de fronteira, entre outros temas; o que o torna – o CAOP – **ESSENCIAL** no apoio ao desempenho das atribuições da Polícia Federal.
- 4.12. Da frota oficial, 2 (dois) são do modelo Embraer 145, aeronave de asa fixa com motor à reação turbofan, de categoria média, com características operacionais que exigem equipamentos mínimos para operação sobre regras de voo por instrumento ("IFR"), abastecidos com querosene de aviação ("QAv") e que requerem tamanho de pista de pouso e decolagem razoável para operação totalmente carregada e abastecida, características supridas, adequadamente, apenas pelo Aeroporto Internacional de Brasília/DF, considerando os demais aeroportos e aeródromos próximos à Capital Federal.
- 4.13. Possui o Comando de Aviação Operacional, como objetivo, transformar-se, definitivamente, em unidade aérea de pronta resposta em Operações aéreas e aerotáticas, de Inteligência e

de Transporte aéreo de Segurança Pública, cobrindo, inteiramente, o território nacional, inclusive auxiliando outras Instituições públicas através de parcerias, hoje já realidade desta Unidade de Aviação.

4.14. Assim sendo, o Comando de Aviação Operacional necessita de um espaço estruturado e adequado para guarda de aeronaves, de equipamentos aeronáuticos e de escritório, contendo, principalmente, ambiente, suficientemente adaptado às tarefas desenvolvidas, a fim de corresponder, com eficiência e presteza, com os deveres institucionais da Unidade e dos servidores que a compõem.

4.15. Percebe-se, ainda, que o Hangar hoje ocupado pelo Comando de Aviação Operacional ainda atende, espacialmente, às necessidades de hangaragem de aeronaves e de salas administrativas, contudo já próximo do limite em ambos os aspectos, além de estar carente, reiterando-se o exposto nos estudos técnicos preliminares, de uma intervenção construtiva mais significativa, a fim de resgatar suas funcionalidades integrais de operação e conservação do edifício.

4.16. Vale ressaltar que consulta fora feita à INFRAMERICA sobre a existência ou não de outro Hangar para ocupação pela Polícia Federal, cuja resposta, à época, apontou APENAS para o Hangar “Brata”, o que, neste momento, não se mostra viável para ocupação imediata do CAOP em face da necessidade de retirada de material da Empresa área Avianca (anterior ocupante do referido hangar), bem como de maiores intervenções construtivas, em comparação com o Hangar atual, para recuperação de sua integral funcionalidade operacional, realidade não excludente do Hangar “Brata” como uma alternativa futura, já que, conforme negociado ao longo do processo administrativo SEI 08211.002410/2017-7, a CEDENTE concordaria com uma eventual mudança de Hangar, sem maiores óbices contratuais.

4.17. Evidencia-se, por fim, que, hoje, está firmado entre a INFRAMERICA (CEDENTE) e a Polícia Rodoviária Federal-PRF (CESSIONÁRIA), Ente congênere à Polícia Federal, um contrato de CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, com vigência prorrogada até 31/07/2024, sendo o instituto da **CESSÃO DE USO**, neste momento, o mais adequado para a realidade de contratação no Aeroporto Internacional de Brasília/DF.

## 5. DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE, pelo uso dos 5.325 m<sup>2</sup> (cinco mil, trezentos e vinte cinco metros quadrados), o **valor bruto mensal de R\$ 117.291,18** (cento e dezessete mil, duzentos e noventa e um reais e dezoito centavos), relativos à CESSÃO DE USO mensal, incluído ao montante mensal o valor de recolhimento de lixo comum, totalizando o valor unitário mensal de **R\$22,03 (vinte e dois reais e três centavos) por metro quadrado contratado**.

5.2. Conforme quadro comparativo de preços praticados no mercado, bem como o apresentado no ofício resposta SEI (17773774), inclusive com outros órgãos públicos, pode-se inferir que valor mensal estipulado encontra-se compatível aos adotados pelo mercado.

5.3. O pagamento será efetuado mediante apresentação de fatura, a qual será devidamente atestada por fiscais do contrato, lotados no CAOP/DIREX/PF, designados em Portaria, em conformidade com a letra "a" do inciso XIV, do art.40 da Lei 8.666/93.

5.4. O preço ajustado, para cálculo do desembolso mensal, refere-se à área operacional do hangar, medindo 5.325 m<sup>2</sup>, somada à área de 2.567,25 m<sup>2</sup> (isenta de cobrança), destinada, principalmente, ao estacionamento de veículos.

5.5. Quando aplicável, o Valor de Rateio e o Valor de Ressarcimento serão pagos até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, relativamente ao Período de Apuração, por meio de boleto bancário a ser encaminhado pela CEDENTE à CESSIONÁRIA.

5.6. A CEDENTE deverá providenciar faturas ou documentos de cobrança em até 20 (vinte) dias antes de seu vencimento, disponibilizando-a à CESSIONÁRIA, preferencialmente por e-mail, para viabilizar o trâmite do pagamento em tempo hábil. O não encaminhamento do boleto, por parte da CEDENTE, em tempo hábil, dispensa a cobrança de juros de mora e de multa decorrentes da não pontualidade no pagamento.

5.7. Além do valor bruto mensal acima estipulado, serão pagas, pela CESSIONÁRIA, as despesas inerentes aos serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica, comunicação (PABX ou outra tecnologia mais moderna), que efetivamente beneficie a CESSIONÁRIA. O custo dessas despesas será obtido através de medições diretas ou, na impossibilidade, mediante rateio do valor correspondente aos serviços utilizados.

5.8. O preço específico mensal e/ou despesas de rateio deverão ser pagos, mensal e preferencialmente, até o 10º (décimo) dia útil, a contar da data da apresentação da nota fiscal.

5.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

## 6. DO REAJUSTE

6.1. Será admitido o reajuste do valor mensal da cessão onerosa, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A contratação dos serviços descritos neste projeto básico, mediante a realização de inexigibilidade de licitação, está condicionada à disponibilidade orçamentária.

## 8. DA VIGÊNCIA

8.1. O futuro contrato administrativo, de utilização de área, deverá ter o **prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com início em 6 de abril de 2020 e término em 5 de abril de 2025**, podendo ser prorrogado, mediante manifestação da CESSIONÁRIA e da CEDENTE, por igual período e por até 4 (quatro) prorrogações sucessivas, ou até o fim da outorga da concessão de exploração da infraestrutura aeroportuária à CEDENTE, cumprindo os limites estipulados no art.14 da Resolução nº302, de 5 de fevereiro de 2014, da ANAC.

8.2. A CESSIONÁRIA deverá manifestar seu interesse na prorrogação, preferencialmente, em até 30 (trinta) dias de antecedência ao seu vencimento.

8.3. Durante a vigência contratual, e suas consequentes prorrogações, a Administração Pública deverá, sempre que necessário, ratificar a manutenção da vantajosidade da presente contratação.

## 9. DO REMANEJAMENTO

9.1. A CESSIONÁRIA poderá ser remanejada para outras áreas, nas seguintes hipóteses:

9.1.1. Nos casos de desativação total ou parcial de terminal de passageiros ou do terminal de logística de cargas, em função de reforma ou de construção de novas instalações;

9.1.2. Nos casos de imposição de Autoridade Governamental;

9.1.3. Por interesse público ou privado, para permitir a prestação do serviço adequado aos usuários de transporte aéreo;

9.1.4. Nos casos de alteração do Plano Diretor do Aeroporto, após aprovação pela ANAC, nos termos da legislação de regência (Lei nº 11.182/2005); ou

9.1.5. No interesse da CESSIONÁRIA, conforme acordado no bojo do processo administrativo SEI 08211.002410/2017-78, quando se estabeleceu que a CESSIONÁRIA poderá alterar sua base para outro hangar do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, sem óbices ou multas contratuais.

9.2. Os remanejamentos decorrentes de todas as hipóteses supramencionadas serão formalizados apenas mediante novo processo administrativo, para nova contratação, por mudança do objeto contratado (alteração de hangar).

9.3. A implantação, demolição ou alteração de benfeitoria útil, feita pela CESSIONÁRIA, em área aeroportuária, será precedida de prévio aviso à CEDENTE, respeitadas as condições do futuro contrato administrativo, deste projeto básico e de seus anexos.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

10.1. O presente objeto em contratação não se classifica como bem comum, não sendo, regido, portanto, pela lei 10.520/2002, mas sim pela Lei 8.666/93, principalmente em seu art. 25.

## **11. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

11.1. Adota-se, para este projeto básico e para o futuro contrato administrativo, o disposto na **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro)**, mais especificamente nos artigos 393, 1413 (Do Uso), 79, 80, 1225 (incisos IV e V), 1390, 1392, 1394, 1399, 1400, 1402, 1403 (incisos I e II), 1404 (parágrafos 1º e 2º), 1406, 1408, 1409, 1410 (incisos I,II,III,IV,V,VI,VII E VIII).

11.2. Não se aplicam a este projeto básico e ao futuro contrato administrativo as disposições do Decreto nº24.150/34, bem como a legislação concernente às locações comerciais ou residenciais.

11.3. Não se aplica o prazo para a entrega dos bens, objeto deste projeto básico, já que este já se encontra na posse e uso da CESSIONÁRIA, em face de contratação anterior que regulava a relação entre as Partes.

11.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório ou assinatura de termo de vistoria, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou de vistoria.

11.6. Na hipótese de a verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CEDENTE pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.8. Para efeitos de fiscalização do cumprimento do contrato, a CEDENTE terá acesso à área e aos demais elementos que julgar necessários.

11.9. As irregularidades constatadas pelos órgãos competentes, que resultem na aplicação de multas e/ou penalidades, serão imputadas à CESSIONÁRIA, podendo também serem consideradas infrações contratuais, sujeitando-se a CESSIONÁRIA às sanções ajustadas neste Projeto Básico.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

12.1. São obrigações da CESSIONÁRIA:

12.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



12.1.3. comunicar à CEDENTE, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CEDENTE, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. efetuar o pagamento à CEDENTE no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

12.2. Deverá a CESSIONÁRIA cumprir e fazer cumprir pelos seus servidores, prepostos e contratados as normas emanadas do Poder Público e as Instruções que forem expedidas pela CEDENTE, disciplinando os serviços que ali operam, bem como a segurança aeroportuária.

12.3. A CESSIONÁRIA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CEDENTE com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CEDENTE, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.4. A CESSIONÁRIA submete-se às regras de gestão de utilização de área e de políticas de segurança e alfandegária, cujos procedimentos são estabelecidos em normas específicas editadas pelas Autoridades Governamentais.

12.5. Deverá a CESSIONÁRIA manter a área cedida dotada de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistro, mantendo, igualmente, o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz dessa aparelhagem.

12.6. Arcar com toda as despesas relativas a serviços e facilidades que utilizar, tais como, água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, coleta e incineração de lixo, entre outros. Será facultado à CESSIONÁRIA conhecer a sistemática de cálculos adotada pela CEDENTE, quando houver rateio destas despesas.

12.7. Participar, quando ocupar a área comercial de forma compartilhada com a CEDENTE, de rateios dos seguros contratados pela CEDENTE contra os riscos de incêndio e correlatos em suas edificações, proporcional à área ocupada ou que estiver de qualquer forma e qualquer tempo sob sua responsabilidade.

12.8. Manter o horário de funcionamento da atividade compatível com o do funcionamento do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, salvo acordo expresso com a CEDENTE ou excepcionalmente por razões de ordem e segurança públicas.

12.9. A CESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos que causar à CEDENTE e/ou a terceiros na área do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas Àquela vinculados por prestação de serviços, devendo efetuar a reparação imediata dos mesmos junto à Parte prejudicada.

12.10. Cabe à CESSIONÁRIA arcar com quaisquer ônus que recaiam ou venham a recair sobre a área dada em cessão de uso e sobre os serviços nela explorados, inclusive multas provenientes de órgão regulatório, Tributos Federais, Estaduais e Municipais, e os encargos sociais e trabalhistas de seus empregados, que tenham tido origem durante a vigência do contrato administrativo específico. Obriga-se, ainda, a atender às exigências de posturas Estaduais e/ou Distritais, inclusive as inerentes à regularização fiscal.

12.11. Obriga-se a CESSIONÁRIA a adotar, no que couber, o Manual de Gestão Aeroportuária, a ser fornecido pela CEDENTE à CESSIONÁRIA.

12.12. Onera-se, ainda, a CESSIONÁRIA, no atendimento às exigências de Posturas Distritais, inclusive as inerentes à regularização fiscal.

12.13. Deverá a CESSIONÁRIA cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as normas emanadas do Poder Público, os requisitos de segurança operacional estabelecidos no Manual de Gestão Aeroportuária da CEDENTE, bem como do Regulamento de Segurança Operacional Aeroportuário emitido pela Autoridade de Aviação Civil, além das instruções que forem expedidas pela CEDENTE, disciplinando os serviços que ali operam.

12.14. A CESSIONÁRIA deverá obedecer, no que couber e após a conclusão de todos os serviços elencados na NOTA TÉCNICA N°001/2021-CAOP/DIREX/PF (ANEXO V), ao disposto no

Manual de Manutenção das Áreas Comerciais-MMAC, do Aeroporto Internacional de Brasília- Presidente Juscelino Kubitschek, que dispõe sobre os procedimentos recomendáveis e obrigatórios para a manutenção das áreas ocupadas, que servirão como referência para a manutenção dos padrões de qualidade e segurança das instalações.

12.15. É dever da CESSIONÁRIA conservar a coisa como se fosse sua, agindo com diligência e zelo, para que possa restituí-la como a recebeu, devendo fazer cumprir a NOTA TÉCNICA N°001/2021-CAOP/DIREX/PF, dentro das possibilidades orçamentárias da CESSIONÁRIA, porém no prazo mais breve possível.

12.16. A CESSIONÁRIA será a única e exclusiva responsável pelas reparações ordinárias, especialmente as de manutenção, conservação, adequações, reformas e/ou benfeitorias voluptuárias, que realizar na ÁREA cedida, conforme acordado na NOTA TÉCNICA N°001/2021 (ANEXO V), ressalvado o disposto no art. 1.404, parágrafo primeiro e segundo, do Código Civil brasileiro de 2002, devendo manter o imóvel de acordo com o declarado em termo de recebimento inicial, ou em termo de vistoria posterior (após a conclusão dos serviços construtivos elencados na NOTA TÉCNICA N°001/2021-ANEXO V), que represente, fielmente o estado atual de conservação e manutenção do imóvel.

12.17. A inobservância do pactuado no que se refere ao atendimento do MMAC, após a execução dos serviços construtivos do ANEXO V, configurará em descumprimento contratual, podendo ensejar as penalidades previstas.

12.18. Providenciar, sempre que solicitado, o credenciamento de todos os representantes e empregados que exercerão atividades no ESPAÇO, requerendo previamente à CEDENTE as respectivas credenciais, observando-se as seguintes obrigações:

12.18.1. Pagar, antecipadamente, à CEDENTE, as despesas relativas às credenciais, que por esta serão fornecidas quando solicitadas pela CESSIONÁRIA;

12.18.2. Responsabilizar-se pela utilização da credencial de forma ostensiva dentro do Aeroporto, de modo a identificar claramente seu portador;

12.18.3. Arcar com eventuais multas provenientes dos órgãos regulatórios ao Aeroporto, em razão do mau uso ou falta de devolução das credenciais pelos funcionários da CESSIONÁRIA;

12.18.4. Restituir as respectivas credenciais ao término de vigência do futuro contrato administrativo, bem como quando houver desligamento de representantes ou empregados da CESSIONÁRIA, sob pena de multa contratual, além da responsabilidade civil pelo uso indevido do credenciamento.

12.19. Cumprir as normas e diretrizes federais, distritais e também as da ABNT relacionadas aos resíduos sólidos gerados nas suas atividades, bem como seguir as determinações estabelecidas pelas Autoridades Governamentais, adequando-se às exigências do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Aeroporto, quando pertinente.

12.20. Cumprir as normas e diretrizes federais e distritais referentes ao uso e ocupação do solo urbano, ordenadas em função das Zonas de Proteção do Aeroporto, em especial os Planos de Zona de Proteção do Aeródromo e de Zoneamento de Ruído, Plano de Gerenciamento de Perigo de Fauna (PGRF), assim como as implantações de natureza perigosa à aviação e demais restrições estabelecidas pelas autoridades responsáveis e pela CEDENTE, que estarão disponíveis à CESSIONÁRIA quando solicitadas.

12.21. Responsabilizar-se pelos impactos ambientais decorrentes de ações das atividades regularmente desenvolvidas na área contratada, arcando com todos os ônus resultantes.

12.22. O desenvolvimento e a implantação de medidas mitigadoras de impactos ambientais, exigidos pelos órgãos competentes e/ou pela CEDENTE são, também, de responsabilidade da CESSIONÁRIA.

12.23. Encerrar, de imediato, qualquer atividade que venha a ser proibida pelas Autoridades Governamentais, independente das disposições contidas neste projeto básico ou no futuro contrato administrativo.



- 12.24. Responsabilizar-se por apresentar todos os documentos com a assinatura do administrador, ou procurador, se for o caso, sendo que o procurador deverá estar nomeado por instrumento próprio.
- 12.25. Garantir o fornecimento de todas as informações e documentação necessárias ao cumprimento do objeto do presente instrumento.
- 12.26. Manter a área e suas edificações em perfeitas condições de segurança, de conservação e manutenção prediais, principalmente no que tange às reparações ordinárias previstas no ANEXO V (NOTA TÉCNICA N°001/2021), bem como referente à limpeza geral da área contratada, arcando com as despesas para tanto necessárias.
- 12.27. Arcar com todas as despesas relativas a serviços e facilidades que utilizar, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, coleta, transporte, tratamento, destinação final de resíduos, utilização de área comum e todas as demais relativas à sua operação ou ao espaço cedido. Será facultado à CESSIONÁRIA conhecer a sistemática de cálculos adotada pela CEDENTE, quando houver rateio destas despesas, as quais deverão ser cobradas juntamente com os demais valores devidos, sempre no mês imediatamente posterior a sua utilização.
- 12.28. Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações disponíveis no Aeroporto, às suas expensas.
- 12.29. Restituir o ESPAÇO, respeitando-se a incorporação de quaisquer edificações ou benfeitorias realizadas, não sendo devida qualquer indenização, a tais benfeitorias, em casos de distrato, termo ou rescisão contratual.
- 12.30. Efetuar os pagamentos de valores devidos à CEDENTE, exclusivamente por meio de documentos por ela emitidos, salvo orientação em contrário da própria CEDENTE, que deverão ser formalizados, pela CEDENTE, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias dos respectivos vencimentos.
- 12.31. Caberá à CESSIONÁRIA, após a conclusão de negociações relacionadas à restauração integral do hangar, com a respectiva execução dos serviços de reparação pendentes (ANEXO V), fazer cumprir ao disposto no Manual de Manutenção das Áreas Comerciais- MMAC do Aeroporto Internacional de Brasília- Presidente Juscelino Kubitschek, que dispõe sobre procedimentos recomendáveis e obrigatórios para manutenção das áreas ocupadas, e que servirão como referência para manutenção dos padrões de qualidade e segurança das instalações.
- 12.32. Correrão por conta da CESSIONÁRIA, quando for o caso, as despesas relativas ao Licenciamento Ambiental de suas atividades, incluindo o ônus da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios - EIA/RIMA, ou quaisquer outros documentos exigidos pelos órgãos ambientais, bem como a compatibilização e adequação de suas instalações às exigências dos órgãos ambientais.
- 12.33. Manter a área dotada de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistros, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz daquela aparelhagem.
- 12.34. Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações disponíveis no Aeroporto Internacional de Brasília/DF.
- 12.35. Aparelhar-se adequadamente ao exercício de suas atividades, de forma a garantir o atendimento das metas de gestão da qualidade e gerenciamento ambiental estabelecidos pela CEDENTE.
- 12.36. Dar início ao exercício das atividades na área no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do início do prazo contratual, e mantê-lo sem interrupção, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito reconhecido por ambas as Partes.
- 12.37. Efetuar os pagamentos de valores devidos à CEDENTE, exclusivamente através de documentos por ela emitidos e nos locais indicados, salvo orientação em contrário da CEDENTE.
- 12.38. Quando necessária a elaboração, por parte da CEDENTE, de PESO-OS conforme MGSO – Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional, seja quando as obras apresentarem possibilidade de interferência nas áreas de movimentação, nas áreas de proteção do aeródromo, na operacionalidade dos serviços aeronáuticos, alterar a característica física e/ou operacional do aeroporto, colocar em risco a segurança operacional do aeródromo, ou qualquer outro fato que justifique a elaboração do citado Plano,

a CESSIONÁRIA, ou seu representante legal, deverá ser membro ativo no trabalho de elaboração dos documentos e manuais acima descritos.

12.39. Após a execução dos serviços pendentes citados no ANEXO V, fazer cumprir ao disposto no Manual de Manutenção das Áreas Comerciais- MMAC do Aeroporto Internacional de Brasília- Presidente Juscelino Kubitschek, o qual desde já toma ciência, que dispõe sobre procedimentos recomendáveis e obrigatórios para manutenção das áreas ocupadas, e que servirão como referência para manutenção dos padrões de qualidade e segurança das instalações.

12.40. Após a realização dos serviços construtivos estipulados no ANEXO V, através de comum acordo entre as PARTES, a CESSIONÁRIA é única e exclusivamente responsável pela manutenção, conservação, adequações, reformas e/ou benfeitorias que realizar na ÁREA cedida, não cabendo direito à indenização contra a CEDENTE de nenhuma natureza, exceto por serviços emergenciais, executados pela CESSIONÁRIA, que se enquadrem no conceito de reparação extraordinária (ANEXO II).

12.41. Desocupar, de imediato, a área e as respectivas edificações e benfeitorias, restituindo-as nas condições em que lhe foram entregues, registradas em termo de vistoria inicial, ou em perfeitas condições de uso, após execução, no mínimo, dos serviços construtivos elencados no ANEXO V, o que será registrado em termo de vistoria posterior.

12.42. A área e respectivas edificações e benfeitorias serão consideradas restituídas à CEDENTE somente após a assinatura, pela PARTES, do competente "termo de vistoria de devolução", o qual deverá ser no formato do ANEXO IV.

12.43. No caso de ser constatado, pela CEDENTE, qualquer tipo de dano relacionados a passivos ambientais, caberá à CESSIONÁRIA arcar com todos os custos necessários à reparação dos danos causados.

12.44. A CESSIONÁRIA deverá implantar e desenvolver as suas atividades em estrito cumprimento ao Plano Diretor do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, e aos padrões e restrições estabelecidos pela CEDENTE. Da mesma forma, a condução de suas atividades não poderá interferir no uso e ocupação do solo urbano ordenado em função das Zonas de Proteção do Aeroporto, em especial os Planos de zona de Proteção de Aeródromo e de Zoneamento de Ruído, assim como as implantações de natureza perigosa à aviação e demais restrições estabelecidas pelas autoridades responsáveis e pela CEDENTE.

12.45. A CESSIONÁRIA, no que se relaciona à atividade produtora de emissões atmosféricas poluentes, particulados e odores, deverá cumprir as normas e padrões federais, estaduais e municipais sobre o assunto, assim como as determinações da CEDENTE. Incluem-se, neste subitem, entre outros, incineradores, serviços de "catering", motores à combustão interna de equipamentos e veículos, atividades de armazenamento e abastecimento de combustíveis.

12.46. A CESSIONÁRIA deverá implantar e desenvolver suas atividades de maneira a não comprometer a qualidade dos recursos hídricos e do solo locais, principalmente devido ao lançamento ou vazamento de óleos, graxas, combustíveis e substâncias químicas, tóxicas e poluentes. Estão inseridos aqui, entre outros, áreas industriais, de armazenamento e distribuição de combustíveis, de equipamentos de solo e atendimento a aeronaves, veículos, serviços de "catering", e locais que geram águas residuais e resíduos sólidos, industriais ou não.

12.47. Desenvolver suas atividades procurando evitar o desperdício de energia e compatibilizar seus equipamentos e instalações ao Programa de Conservação de Energia do Aeroporto Internacional de Brasília/DF. Durante a fase de instalação, as obras e/ou serviços deverão respeitar as normas estabelecidas pela CEDENTE.

12.48. A CESSIONÁRIA deverá comunicar à CEDENTE, previamente, a realização de obras e/ou serviços que não se enquadrem no conceito de reparações ordinárias ou voluptuárias, aplicando-se, se couber, as hipóteses do art. 1404, parágrafos primeiro e segundo.

12.49. Obter, quando realizar obras de ampliação nas suas instalações ou aumento de áreas já construídas, prévia e expressa autorização da CEDENTE para tal fim, e apresentar um Plano de Controle Ambiental, se for o caso, a ser discutido e aprovado pela CEDENTE, independente das licenças legais a serem obtidas junto às autoridades responsáveis e possíveis exigências complementares desses órgãos, correndo por conta da CESSIONÁRIA todas as despesas decorrentes do processo.

12.50. Cumprir as normas e diretrizes federais, estaduais e municipais, e também às da ABNT pertinentes aos resíduos sólidos gerados nas suas atividades, bem como seguir as determinações sobre o assunto, estabelecidas pela autoridade aeroportuária, adequando-se às exigências do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Aeroporto, quando pertinente.

12.51. A CESSIONÁRIA poderá desenvolver um plano específico de gerenciamento de resíduos sólidos para suas atividades, considerando as etapas de geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, destino final.

12.52. O plano do subitem acima deverá ser discutido e aceito pela CEDENTE antes do encaminhamento às autoridades responsáveis por sua aprovação, visando a sua compatibilização com as diretrizes e procedimentos específicos do Aeroporto Internacional de Brasília/DF. Este plano poderá ser incorporado total ou parcialmente ao Plano Específico de Gerenciamento de Resíduos do Aeroporto, de responsabilidade da CEDENTE.

12.53. Fornecer documentos, desenhos, plantas e informações necessárias, indicadas pela CEDENTE.

12.54. Participar dos processos de análise de risco relacionados com a execução da obra ou do serviço no Espaço Aeroportuário, assumindo as obrigações e responsabilidades de implantação das medidas mitigadoras que lhe forem atribuídas nestes processos, bem como os custos correspondentes.

12.55. Iniciar a obra ou serviço, se e quando couber, mediante a expressa aceitação do respectivo PESO-OS pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com imediata aplicação das ações definidas no PESO-OS que forem de sua responsabilidade.

12.56. Encaminhar à CEDENTE relação dos empregados, prepostos e/ou contratados disponíveis para participar de (a) palestra de explanação do PESO-OS, (b) simulação de resposta para retirada de equipamentos, (c) simulação de evacuação de emergência, bem como (d) outros treinamentos que forem requeridos pela CEDENTE ou estabelecidos no PESO-OS, arcando com os custos decorrentes.

12.57. Comunicar à CEDENTE, logo que tenha ciência, as condições inseguras que porventura ocorram no ESPAÇO cedido, sob pena de responder por eventuais prejuízos decorrentes de tais condições.

12.58. Obter e manter válidos os certificados, às suas próprias expensas e durante o período de vigência do CONTRATO, de todos os cursos necessários à convivência, não se limitando aos cursos: AVSEC, SGSO e Familiarização com o Aeroporto.

12.59. Assumir, na integralidade, o ônus pela emissão dos eventuais laudos técnicos exigidos pela CEDENTE, desde que a CESSIONÁRIA tenha conhecimento prévio das eventuais solicitações pelos órgãos competentes.

12.60. A inobservância do pactuado nos itens acima configurará descumprimento contratual, podendo ensejar as penalidades descritas neste projeto básico e no futuro contrato administrativo.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE**

13.1. A CEDENTE deve cumprir todas as obrigações constantes neste projeto básico, em seus anexos, no futuro contrato administrativo, bem como no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1. ceder o espaço, ao menos nas condições iniciais acordadas no bojo do SEI 08211.002410/2017-7, conforme especificações, prazo e local constantes no projeto básico, seus anexos, nos termos do futuro contrato administrativo e seu futuro edital, nos regulamentos e nos manuais existentes, para a finalidade indicada no item 3.DO OBJETO, deste projeto básico;

13.1.2. permitir o acesso dos empregados da CESSIONÁRIA às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;

13.1.3. facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar as obrigações legais da CESSIONÁRIA;

13.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme o disposto na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), mais especificamente

nos artigos 393, 1413 (Do Uso), 79, 80, 1225 (incisos IV e V), 1390, 1392, 1394, 1399, 1400, 1402, 1403 (incisos I e II), 1404 (parágrafos 1º e 2º), 1406, 1408, 1409, 1410 (incisos I,II,III,IV,V,VI,VII E VIII), e especificidades deste projeto básico e seus anexos, mormente no que atine aos conceitos de reparações ordinárias e extraordinárias (ANEXO II) e no ANEXO V;

13.1.5. a CEDENTE deverá entregar o ESPAÇO, objeto desta autorização, livre de quaisquer ônus e pronto para a imediata utilização da CESSIONÁRIA, com adequadas instalações elétricas, hidráulicas e infraestrutura essencial e compatível com a prestação de serviços da CESSIONÁRIA;

13.1.6. a CEDENTE responsabiliza-se pelo credenciamento ou descredenciamento formal do pessoal técnico da CESSIONÁRIA, junto às áreas internas, órgãos, empresas públicas ou privadas;

13.1.7. comunicar à CESSIONÁRIA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.8. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou contratação;

13.1.9. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.1.10. providenciar, se necessário, alvará de funcionamento relativo ao ESPAÇO. Em havendo qualquer dificuldade de se obter o referido alvará, exclusivamente por culpa da CEDENTE, perante a Autoridade Governamental, a exigência se tornará suspensa enquanto perdurarem tais pendências, sem que isso gere nenhum ônus, seja de que natureza for, à CESSIONÁRIA, inclusive no que tange à responsabilidade e a indenizações aos órgãos pertinentes.

13.2. A CEDENTE responsabiliza-se em informar à CESSIONÁRIA, anual e formalmente, a existência de atualizações no MMAC (Manual de Manutenção das Áreas Comerciais), acima disposto, a fim de que todas as ações conservativas do bem estejam em conformidade com os mais recentes métodos e técnicas.

13.3. É dever da CEDENTE exigir a conservação do objeto contratado, agindo com diligência, cumprindo a NOTA TÉCNICA N°001/2021-CAOP/DIREX/PF, no que lhe cabe, no prazo de até 12 meses a contar da assinatura do contrato administrativo.

13.4. Obter e manter válidas, às suas próprias expensas e durante o período de vigência do futuro contrato administrativo, todas as autorizações, homologações, inscrições ou registros perante as Autoridades Governamentais competentes, com relação às atividades e/ou serviços que serão prestados e/ou disponibilizados no ESPAÇO, em virtude de normas ou regulamentos aplicáveis, bem como manter vigentes e em conformidade com as exigências do futuro contrato administrativo todas as Certidões exigidas.

13.5. Comunicar, de imediato, toda e qualquer alteração ocorrida em seus atos constitutivos; sendo que, na hipótese de tal alteração, incluindo alterações decorrentes de operações de cisão, fusão, incorporação, diminuição de capital social, causar (a) qualquer dano material relevante à CESSIONÁRIA, ou (b) diminuir a capacidade da CEDENTE, no que toca ao cumprimento das obrigações previstas no futuro contrato administrativo, poderá a CESSIONÁRIA, de boa-fé, requerer a revisão das condições contratuais aqui estabelecidas.

13.6. Incumbem à CEDENTE, conforme o disposto no art.1.404, parágrafo primeiro, do Código Civil de 2002, as reparações extraordinárias e as que não forem de custo módico, entendendo-se como módicas as despesas construtivas inferiores a dois terços do líquido rendimento em um ano, as reparações extraordinárias aquelas conceituadas no ANEXO II deste projeto básico, e todos os serviços atribuídos à CEDENTE no anexo V deste projeto básico.

## **14. DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. A CEDENTE poderá solicitar, periodicamente, que as Autoridades Governamentais, referentes à saúde pública, efetuem fiscalização na área, instalações e equipamentos utilizados, independentemente das inspeções de rotina realizadas por aquelas autoridades.

14.2. A CEDENTE, por meio de funcionário designado, acompanhará e fiscalizará a execução do futuro contrato administrativo, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

14.3. O representante da CESSIONÁRIA anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do futuro contrato administrativo, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.

14.4. Não obstante o disposto acima, a CEDENTE terá o direito de, a qualquer momento, realizar inspeções, consertos e/ou modificações de caráter geral no ESPAÇO, desde que tais atos não impactem substancialmente as instalações já existentes, devendo informar a CESSIONÁRIA, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, o momento em que o referido ato será realizado.

14.5. Os impactos ambientais, trabalhistas, contratuais ou qualquer outro, decorrentes das atividades desenvolvidas pela CESSIONÁRIA poderá sofrer fiscalização por parte da CEDENTE, independentemente da fiscalização das Autoridades Governamentais.

14.6. As hipóteses de incidência para caracterizar infração contratual são estabelecidas por este projeto básico e seus anexos, pelo futuro contrato administrativo e pelo Manual de Gestão Aeroportuária, em busca da melhor prestação de serviços da CESSIONÁRIA ou do relacionamento das PARTES.

14.7. As irregularidades constatadas pelas Autoridades Governamentais, que resultem na aplicação de multas e/ou penalidades, poderão ser imputadas à CESSIONÁRIA, garantido o regular processo administrativo específico para tal apuração.

14.8. As decisões e providências, que ultrapassem a competência dos fiscais do futuro contrato administrativo, deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, por não se aplicar ao objeto desta presente contratação.*

## **16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação ou contratação originais; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CESSIONÁRIA à continuidade do contrato.

## **17. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784/1999, a CESSIONÁRIA poderá, sem prévia manifestação da CEDENTE, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

18.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2. A CESSIONÁRIA designará dois ou mais servidores, como fiscais titular e seus substitutos, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, em conformidade com a Instrução Normativa nº51/2011-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço do DPF nº246, de 26 de dezembro de 2011, que "Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art.67 da Lei no 8.666/93, no âmbito do Departamento de Polícia Federal", doravante denominada como "IN 51/2011".

18.3. A fiscalização da execução do contrato consiste num conjunto de procedimentos voltados ao acompanhamento da execução do ajuste, de forma a verificar, desde a assinatura do instrumento contratual até o término de sua vigência ou equivalente, o efetivo cumprimento das condições pactuadas e a conformidade da prestação dos serviços contratados, devendo tal múnus ser desempenhado por

representantes da Administração especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei 8.666/93, do art.6º do Decreto nº2.271/97 e dos art.10, 11 e 12, e seus parágrafos, da IN 51/2011.

18.4. O fiscal da CESSIONÁRIA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao serviço executado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal da CESSIONÁRIA deverão ser solicitadas ao Coordenador do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e compatíveis.

18.6. A CESSIONÁRIA reserva-se o direito de recusar-se a atestar a fatura/nota fiscal se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.

18.7. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

18.8. Através de termo de vistoria, devidamente assinado pelos representantes das PARTES, ou pessoas designadas por estas para fazê-lo, será recebido o objeto de contrato, com as ressalvas necessárias no que tange às condições atuais do imóvel.

18.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CEDENTE, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.10. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 19. DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O inadimplemento contratual se caracteriza sempre que alguma das PARTES deixar de cumprir qualquer previsão do projeto básico e do futuro contrato administrativo, seja pela execução de ato em desacordo com as disposições deste do projeto básico e do futuro contrato administrativo, seja pela omissão em relação a qualquer dessas obrigações.

19.2. A caracterização do inadimplemento das obrigações e responsabilidades contratuais autoriza que a Parte prejudicada, sem prejuízo de outras sanções previstas neste projeto básico e no futuro contrato administrativo, bem como daquelas previstas em Leis, realize as seguintes ações em relação à outra Parte:

19.2.1. **Advertência:** a ser realizada por escrito, na primeira infração a qualquer disposição deste projeto básico e do futuro contrato administrativo, onde será conferido prazo de 10 (dez) dias corridos para defesa e consequente ação corretiva.

19.2.2. **Multa:** Em caso de reincidência das situações previstas para a advertência consumada, poderá ser aplicada multa de até 10% (um por cento) do valor mensal do presente projeto básico e do futuro contrato administrativo, sendo cobrada no primeiro pagamento a que fizer jus ou da garantia do respectivo contrato administrativo.

19.2.3. **Rescisão:** O futuro contrato administrativo poderá ser considerado rescindido, de pleno direito, mediante notificação extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) houver a reincidência no descumprimento, total ou parcial, direta ou indiretamente, de qualquer das obrigações acordadas;
- b) houver atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos ou 90 (noventa) dias intercalados dos pagamentos devidos à CEDENTE, inclusive em relação ao pagamento de multas e/ou penalidades previstas;
- c) for empregada direta e comprovadamente, pela CESSIONÁRIA, mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de



14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

d) houver utilização de área ou de edificações cedidas para uso com finalidade específica diversa das previstas no objeto do futuro contrato administrativo, respeitadas as hipóteses excludentes previstas neste projeto básico e em seus anexos;

e) houver modificação da área e/ou de edificações sem a prévia e expressa autorização da CEDENTE, respeitadas as hipóteses excludentes previstas neste projeto básico e em seus anexos;

f) houver divulgação não autorizada, expressamente, pela respectiva PARTE, de informação confidencial de propriedade da outra PARTE;

g) deixar de afastar, tão logo notificada, qualquer pessoa a ela vinculada, que pratique ato inadequado grave dentro da área e das instalações do sítio aeroportuário. Entende-se por ato inadequado grave aquele que afete ou coloque em risco direta ou indiretamente às operações aéreas, o bem-estar dos usuários das instalações aeroportuárias e/ou que cause perturbação da ordem pública;

h) houver suspensão da execução do futuro contrato administrativo por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado à CESSIONÁRIA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

i) houver a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do futuro contrato administrativo.

19.3. Na ocorrência de rescisão do CONTRATO, a CESSIONÁRIA, no prazo de até 60 (trinta) dias corridos, deverá retirar os bens, mobiliário e equipamentos de sua propriedade existentes no ESPAÇO.

19.4. O ESPAÇO e respectivas edificações e benfeitorias somente serão consideradas restituídas à CEDENTE após a assinatura, pelas PARTES, do competente “Termo de Vistoria de Devolução”, na forma e substância do Anexo IV.

19.5. Existindo débito, os bens encontrados na área poderão ser arrolados extrajudicialmente, os quais ficarão sob a posse da CEDENTE até a liquidação da dívida, podendo esta deles dispor na forma da Lei, para se ressarcir.

19.6. O termo final do futuro contrato administrativo, em decorrência de rescisões baseadas nos subitens tratados acima, para fins de cálculo do passivo da CESSIONÁRIA, se dará somente após a assinatura, pelas PARTES do competente “Termo de Vistoria da Área”, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional competente, ou pelo decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos.

19.7. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CEDENTE que:

19.7.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.7.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.7.3. fraudar na execução do contrato;

19.7.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.7.5. cometer fraude fiscal;

19.7.6. apresentar documentação falsa;

19.7.7. descumprir quaisquer dos deveres elencados no Edital, no projeto básico e seus anexos, bem como nos termos do futuro contrato administrativo;

19.7.8. não mantiver a proposta.

19.8. A CEDENTE que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.8.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CESSIONÁRIA;

19.8.2. multa moratória de 0,01% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

19.8.3. multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.8.4. no caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

19.8.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.8.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.8.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CEDENTE ressarcir a CESSIONÁRIA pelos prejuízos causados;

19.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.9.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

19.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CEDENTE, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.14. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CESSIONÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.15. As multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CESSIONÁRIA.

19.16. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.17. A reincidência ou persistência no cometimento das infrações previstas no futuro contrato administrativo poderá, a critério das PARTES, resultar na sua rescisão por justa causa.

## **20. DA RESCISÃO E RESILIÇÃO**

20.1. Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares aplicáveis, é motivo para rescisão do futuro contrato administrativo, que será formalizada, no mínimo, mediante notificação extrajudicial:

20.1.1. Se a PARTE descumprir qualquer condição do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado junto à CEDENTE e impeditivo da execução deste Instrumento;

20.1.2. Se a PARTE ceder ou transferir a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e as obrigações ajustadas, ressalvadas as hipóteses excludentes discriminadas neste projeto básico e seus anexos;

20.1.3. Se a CESSIONÁRIA utilizar a área e edificações para outros fins que não os exclusivamente previstos neste contrato, ressalvadas as hipóteses excludentes discriminadas neste projeto básico e seus anexos;

20.1.4. Se a CESSIONÁRIA efetuar modificações na área e instalações sem a prévia e expressa autorização da CEDENTE, ressalvadas as hipóteses excludentes discriminadas neste projeto básico e seus anexos;

20.1.5. Caso o Aeroporto Internacional de Brasília/DF seja desativado ou sofra modificação em benefício da operação aérea ou no interesse público, que não permita a continuidade do negócio da CESSIONÁRIA, ou ainda, na ocorrência de normal legal ou regulamentar que o torne material ou formalmente inexequível;

20.1.6. Caso a CESSIONÁRIA ou a CEDENTE sejam extintas ou privatizadas, dissolva-se a sociedade ou pessoa jurídica, ou entre em processo de liquidação ou tenha sua falência decretada.

20.2. Findo, rescindido ou resilido o futuro contrato administrativo, a CEDENTE entrará de imediato e de pleno direito na posse da área, respectivas edificações e benfeitorias, sem que assista à CESSIONÁRIA direito à indenização ou compensação, devendo esta, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, retirar seus bens, mobiliário e equipamentos de sua propriedade da área.

20.3. Até a data da efetiva desocupação da área, a CESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico mensal (se devido) e dos encargos estabelecidos no futuro contrato administrativo.

## **21. DO CASO FORTUITO E DE FORÇA MAIOR**

21.1. As PARTES serão consideradas adimplentes ou isentas de responsabilidade por quaisquer ônus ou obrigações perante a outra PARTE ou terceiros, nos termos deste projeto e do futuro contrato administrativo, por eventos de inadimplemento resultantes, direta ou indiretamente, de caso fortuito ou de força maior, nos termos do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil/2002.

21.2. Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em razão de caso fortuito ou de força maior, o futuro contrato administrativo permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao da duração do caso fortuito ou da força maior e da extensão dos seus efeitos.

21.3. As PARTES expressamente anuem que não serão consideradas hipóteses de caso fortuito ou de força maior:

21.3.1. problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das PARTES;

21.3.2. qualquer ação de qualquer Autoridade Governamental que qualquer das PARTES pudesse ter evitado se tivesse cumprido a Lei;

21.3.3. insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma PARTE, ou de terceiros relacionados;

21.3.4. perda de mercado de uma das PARTES;

21.3.5. condições climáticas que poderiam ser anteriormente previstas com base na história climática local; ou

21.3.6. a promulgação, criação, extinção ou modificação de Lei, regulamentação, resolução ou ato similar de Autoridade Governamental competente que incida sobre o objeto pactuado, bem como a revogação ou expiração de, ou a falha em obter, qualquer consentimento necessário de uma Autoridade Governamental.

## **22. DAS QUESTÕES AMBIENTAIS**

22.1. As PARTES deverão obedecer às determinações legais ou emanadas por Autoridades Governamentais, em particular de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias.

- 22.2. O desenvolvimento e a implantação das medidas mitigadoras dos impactos ambientais, exigidos pelas Autoridades Governamentais e/ou pela CEDENTE, previamente apresentadas à CESSIONÁRIA, são, também, de responsabilidade da CESSIONÁRIA.
- 22.3. Correrão por conta da CEDENTE as despesas relativas a todas as atividades necessárias ao efetivo licenciamento ou autorização de funcionamento exigidas pelas Autoridades Governamentais.
- 22.4. Os impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas pela CESSIONÁRIA poderão sofrer fiscalização por parte da CEDENTE, independentemente da fiscalização das Autoridades Governamentais.
- 22.5. As irregularidades constatadas pelas Autoridades Governamentais que resultem na aplicação de multas e/ou penalidades serão imputadas direta e exclusivamente à CESSIONÁRIA.
- 22.6. A CESSIONÁRIA deverá implantar e desenvolver suas atividades de maneira a não comprometer a qualidade dos recursos hídricos e do solo locais, principalmente devido ao lançamento ou vazamento de óleos, graxas, combustíveis e substâncias químicas, tóxicas e poluentes. Incluem-se neste subitem, entre outros, áreas industriais, de armazenamento e distribuição de combustíveis, de equipamentos de solo e de atendimento a aeronaves, veículos, serviços de “catering” e locais que geram águas residuais ou resíduos sólidos, industriais ou não.
- 22.7. A CESSIONÁRIA poderá, observando o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado pela CEDENTE, desenvolver um Plano Específico de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para suas atividades, considerando as etapas de geração, caracterização, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destino final.
- 22.8. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ser discutido e aceito pela CEDENTE antes do encaminhamento às autoridades responsáveis pela sua aprovação, visando a sua compatibilização com as diretrizes e procedimentos específicos do Aeroporto. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado poderá ser incorporado total ou parcialmente ao Plano Específico de Gerenciamento de Resíduos do Aeroporto, de responsabilidade da CEDENTE.
- 22.9. Deverá ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

## **23. DA ÉTICA E DA ANTICORRUPÇÃO**

- 23.1. A CESSIONÁRIA declara que foi informada pela CEDENTE sobre o Código de Ética e Conduta, e se compromete a cumprir com os compromissos de ética da CEDENTE, através do referido Código, acessível por meio do endereço eletrônico <http://www.bsb.aero/br/o-aeroporto/governanca-corporativa/valores-eticos/>, o qual a CESSIONÁRIA declara, desde já, conhecer e aceitar os termos.
- 23.2. A CESSIONÁRIA garante e certifica que está em conformidade com o disposto nas normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”), comprometendo-se por si, suas afiliadas, seus diretores, seus sócios, seus dirigentes, seus funcionários, seus agentes, e/ou terceiros por elas contratados perante a CEDENTE, que nunca realizou ou realizará pagamentos, que esteja em violação a qualquer dispositivo constante das referidas Leis.
- 23.3. Adicionalmente, a CESSIONÁRIA e CEDENTE declaram que se comprometem, até o final da vigência deste contrato, a:
- a. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e;
  - b. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das Leis Anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por si,

suas afiliadas, seus diretores, seus dirigentes, seus sócios, seus funcionários, seus agentes e/ou terceiros por ele contratados.”

- c. Qualquer descumprimento das obrigações assumidas nestas Cláusulas, constituirá inadimplemento do futuro contrato administrativo, dando direito às PARTES de suspender e/ou rescindir o futuro contrato administrativo. Em caso de rescisão, as PARTES farão jus a perdas e danos ou quaisquer outros direitos previstos no futuro contrato administrativo.

## **24. DA CONFIDENCIALIDADE**

24.1. É vedado a qualquer das PARTES divulgar a terceiros, intencionalmente ou não, bem como utilizar para fins estranhos ao objeto do presente projeto básico, informações confidenciais a que tenham acesso ou venham a receber em virtude deste documento integrante do futuro contrato administrativo, reconhecendo as PARTES que as informações comerciais e técnicas que vierem a ser liberadas entre elas em decorrência dos objetivos comuns constituem segredos inerentes às atividades e, portanto, concordam em preservar e proteger o valor de tais informações, mediante a estrita observância das obrigações estabelecidas adiante, sendo certo, ainda, que o descumprimento do compromisso de confidencialidade, ora expressamente assumido, facultará à PARTE inocente a rescisão do futuro contrato administrativo, sem prejuízo das multas neste previstas e de eventual reparação por danos materiais ou morais.

24.2. Qualquer divulgação de informação relativa ao objeto deste projeto básico, ou às cláusulas do presente projeto básico, somente poderá ser realizada mediante aprovação e autorização expressa da outra PARTE.

24.3. As PARTES somente poderão usar as informações relacionadas, decorrentes ou abrangidas pelo presente projeto básico, estritamente para cumprimento de seus objetivos, devendo, assim, restringir o acesso a tais informações aos seus representantes e terceiros que delas tenham necessidade e desde que a revelação a estes seja expressa e previamente autorizada pela outra PARTE.

24.4. Na hipótese de qualquer informação confidencial vir a ser incorporada ou refletida em qualquer documento gerado separadamente ou em conjunto pelas PARTES, referido documento será considerado confidencial e como tal será classificado, sujeitando-se, portanto, aos termos desta Cláusula.

24.5. As PARTES comprometem-se, até 10 (dez) anos após o término do futuro contrato administrativo, por qualquer motivo, a manter sigilo e estrita confidencialidade, bem como a não divulgar a terceiros, sob qualquer forma, as informações trocadas entre as PARTES ou as geradas durante a realização das atividades.

24.6. A obrigação de não revelar informações a terceiros estende-se aos empregados e demais pessoas que mantenham relação comercial, trabalhista ou de qualquer natureza forem envolvidas com as PARTES e com o objeto deste projeto básico.

24.7. A divulgação de informações confidenciais, por qualquer das PARTES, quando expressamente requerida por qualquer autoridade competente, inclusive judicial, ou quando se tornar de conhecimento público, sem culpa da PARTE, não caracterizará descumprimento ao dever de confidencialidade e de sigilo, devendo a outra parte ser disso informada para eventuais providências.

## **25. DAS COMUNICAÇÕES**

25.1. Com finalidade de estimular a celeridade nas soluções das tratativas entre as PARTES, todos os avisos, comunicações, notificações e demais meios de comunicações, nas figuras de seus prepostos ou representantes legais, indicados no futuro contrato administrativo, devem ser feitos por escrito, ou outro meio que preze pela celeridade nas soluções das tratativas, devendo sendo respondidas com celeridade, nas hipóteses de serem realizadas via e-mail, mensagens WhatsApp ou outro meio eletrônico célere de comunicação.

25.2. A CESSIONÁRIA poderá solicitar a alteração do preposto da CEDENTE, desde que lhe seja solicitado de forma escrita, podendo ser por meio de notificação enviada, com aviso de recebimento, aos endereços constantes no futuro contrato ou oportunamente informados à CESSIONÁRIA, ou outro meio formal adequado à CESSIONÁRIA.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. O futuro contrato administrativo não poderá ser objeto de cessão ou de transferência, no todo ou em parte, seja a que tempo e título for, sem a prévia e expressa anuência das PARTES.

26.2. A alteração de quaisquer das cláusulas do futuro contrato administrativo somente será válida mediante a anuência, por escrito, de ambas as PARTES.

26.3. O presente projeto básico e o futuro contrato administrativo serão regidos e interpretados estritamente nos termos da legislação brasileira.

26.4. Qualquer omissão ou tolerância das PARTES referente ao descumprimento contratual, bem como a demora no exercício de qualquer direito ou faculdade não importará em renovação, alteração ou renúncia dos direitos contratados, sendo que as disposições contratuais permanecerão válidas e em pleno vigor.

26.5. A documentação abaixo indicada será parte integrante do futuro contrato administrativo:

26.5.1. O CONTRATO propriamente dito, bem como seus aditamentos;

26.5.2. Todos os documentos técnicos (estudos técnicos preliminares, notas técnicas, informações, projeto básico e seus anexos I,II,III,IV e V, especificações técnicas, planos, planilhas) e quaisquer outros documentos, entregues pela CESSIONÁRIA, ou que compuseram o respectivo processo administrativo para contratação;

26.5.3. O Manual de Gestão Aeroportuária;

26.5.4. MMAC (Manual de Manutenção das Áreas Comerciais).

26.6. Caso haja contradições ou Controvérsias entre os documentos que compõem a presente contratação, a interpretação daqueles se dará na seguinte ordem de prioridade:

26.6.1. Contrato administrativo de Cessão de Espaço Aeroportuário;

26.6.2. Aditivos ao Contrato administrativo de Cessão de Espaço Aeroportuário;

26.6.3. Projeto básico, seus anexos;

26.6.4. Demais documentos do respectivo processo administrativo;

26.6.5. Manual de Gestão Aeroportuária;

26.6.6. Demais Anexos.

26.7. Não serão aceitas condições comerciais da CESSIONÁRIA diversas das estabelecidas no futuro contrato administrativo, salvo se por aceitação expressa, total ou parcial e por escrito de tais condições, pela CEDENTE, que deverá obrigatoriamente se revestida de formalidade obedecendo ao formato de termo Aditivo.

## **27. DOS ANEXOS**

27.1. ANEXO I-DESCRIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MAPA DO ESPAÇO CEDIDO.

27.2. ANEXO II-DEFINIÇÕES.

27.3. ANEXO III-TERMO DE VISTORIA DE ENTREGA.

27.4. ANEXO IV-TERMO DE VISTORIA DE DEVOLUÇÃO.

27.5. ANEXO V-NOTA TÉCNICA N°001/2021-CAOP/DIREX/PF (SEI 19544134).

## **28. DA PUBLICAÇÃO**

28.1. Será providenciada, pela CESSIONÁRIA, a publicação, resumida, do futuro contrato administrativo, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, contado do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo as despesas por conta daquela.

## **29. DO FORO**



29.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do futuro contrato administrativo.

Brasília/DF, 23 de julho de 2021.

**Integrante Requisitante**

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos compatíveis com a atividade desempenhada pela, e os riscos envolvidos são administráveis.

**GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO**

Delegado de Polícia Federal  
Integrante Requisitante

**Integrante Técnico**

O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto das contratações pretendidas. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, e os custos previstos são compatíveis com a atividade desempenhada pelo **CAOP/DIREX/PF**. Os riscos envolvidos são administráveis, porém, constatou-se que a não contratação das ações demandadas são causa de grande impacto à Unidade (prejuízos administrativos, operacionais, e financeiros), motivo pelo qual a área requisitante recomenda o prosseguimento do feito.

**ALEXANDRE LUÍS MACHADO PACHECO**

Agente de Polícia Federal  
Integrante Técnico

**Autoridade Competente**

Aprovo o presente estudo técnico, por contemplar todos os requisitos administrativos legais para a continuidade da instrução do processo de contratação dos serviços pretendidos. A opção pela modalidade adotada encontra amparo legal, bem como satisfaz princípios de boas práticas de gestão.

**MARINHO DA SILVA REZENDE JÚNIOR**

Delegado de Polícia Federal  
Diretor Executivo Substituto



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO, Coordenador - Substituto (a)**, em 27/07/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE LUIS MACHADO PACHECO, Agente de Polícia Federal**, em 27/07/2021, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINHO DA SILVA REZENDE JUNIOR, Diretor(a) Executivo - Substituto(a)**, em 28/07/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19560037** e o código CRC **45723E11**.